

SOLUÇÃO PARLAMENTARISTA PARA O BRASIL

Mesa Redonda no Instituto de Direito
Público e Ciências Políticas da Fundação
Getúlio Vargas, em 10.11.83.

Senhor Presidente,

Ao receber o convite de Vossa Excelência para participar deste debate, com a presença de tão ilustres personalidades, fiquei extremamente surpreso, em função da minha condição de engenheiro e de empresário, sem traquejo em ciências políticas, nem formação acadêmica nesse setor. No entanto, no início desta reunião, Vossa Excelência justificou que o meu nome foi incluído entre os convidados, como um representante de São Paulo, atualmente um dos centros mais dinâmicos da transformação da sociedade brasileira.

É exatamente dentro desse espírito que darei a minha contribuição. Nasci e vivi a vida inteira em São Paulo e tive a insígne oportunidade de governar a cidade durante quatro anos, sentindo todos os segmentos da sociedade paulista, alguns dos quais a minha atividade profissional não tinha me aproximado antes de ser Prefeito. Nesse período entrei em contato com toda essa sociedade e daí decorre a minha declaração, contestada pelo ilustre Senador Brossard, de que a tradição brasileira é presidencialista. Acredito seja essa a tradição de São Paulo e talvez possa ter uma explicação para esse fato. Tudo o que o ilustre Senador relatou a respeito da História, deu-se num período em que São Paulo era um pequeno vilarejo. Quando, em 1870, o Império fez o seu primeiro censo, São Paulo, com apenas 37 mil habitantes, foi a décima primeira cidade do País. Portanto, São Paulo atual nasceu depois da queda do Império e dentro da tradição republicana, como fruto das transformações trazidas pela República. Dentro do quadro da queda da monarquia está sem dúvida o fato relevantíssimo da abolição da escravatura. São Paulo se desenvolveu com o imigrante livre e, na prática, nunca teve uma grande influência no período da escravatura. Suas elites participaram pouco do Império. Nenhum dos nomes citados pelo ilustre Senador, que tanto influenciaram na modelagem da História do Brasil daque-

le tempo, é paulista. Tenho convicção que a tradição paulista é republicana e presidencialista e isso se reflete na vida do cotidiano, pois sente-se constantemente a atitude de profundo respeito pelo Chefe do Governo, pelo Governador do Estado, pelo Prefeito. Uma das coisas que mais me surpreenderam, quando Prefeito da Capital, foi exatamente o profundo respeito pelo Chefe do Poder Municipal existente nas favelas mais pobres, abandonadas e esquecidas da Capital.

Isso confirma a minha convicção de que a alma do povo de São Paulo é presidencialista e acho que só profundas transformações, durante muito tempo, poderiam orientar diferentemente essa sociedade. Isso, a meu ver, tem sua explicação, já que todos os exemplos citados, quer da Europa, começando pela Inglaterra, quer de outras partes do mundo, são casos de parlamentarismo, nascido num processo de transição da monarquia para o processo democrático. Isso também se deu nas duas grandes repúblicas parlamentaristas fora da Europa, Canadá e Índia, além da África do Sul e da Austrália, exemplos onde a figura do governador geral ou do vice-rei, encarnando o poder do rei, mantiveram o processo do poder político nas mãos de uma estrutura de tipo monárquico. Só posteriormente essa estrutura se transformou num processo democrático, sem traumas, por atos sucessivos e até por usos e costumes no poder parlamentar. Isso não se dá no Brasil, pois a República recebeu um país ainda muito pequeno que foi profundamente transformado em todas as áreas, por tudo que aconteceu no Século XIX. Portanto, a tradição parlamentar do Império desapareceu, sem deixar vestígios no povo, mas apenas na cultura dos estudiosos e talvez até só nos homens que se dedicam a esse assunto.

Outro ponto que o Senador Brossard citou da minha entrevista é o problema da tradição administrativa. A realidade brasileira é que a estrutura administrativa é profundamente clientelista. É uma estrutura que herdamos ao longo dos tempos, cujas raízes já foram analisadas por muitos estudiosos e que realmente é profundamente clientelista. Tivemos recentemente em São Paulo um episódio que qualifico como extremamente denunciador dessa condição: os governos cen-

tralizados, ditados pelo poder central negavam o clientelismo, embora o praticassem, o encobriam com justificativas de competência ou de necessidade de trabalho. Há pouco, um grupo de deputados da Assembléia Legislativa, representando a maioria do partido do Governador de São Paulo, escreveu ao Governador defendendo o clientelismo, sob a alegação de que representava de fato a alma do povo brasileiro, que era a verdadeira base do poder político e que eles não podiam abrir mão desse mecanismo válido de governo. Desse modo, tenho sérias dúvidas de que a nossa estrutura burocrática, originária desse clientelismo e empreguismo desenfreado e alicerçada numa estrutura jurídico-administrativa muito rígida, possa suportar o período de implantação de uma estrutura administrativa adequada ao sistema parlamentar.

Dentro desse quadro, existe um terceiro fator muito importante, que é o problema das Forças Armadas. Queiramos, ou não, seja do nosso feitio ou não, as Forças Armadas têm uma realidade política na história deste País e essa realidade, presente desde a derrubada da monarquia até os episódios recentes da República, não será apagada simplesmente. As Forças Armadas continuarão a ter uma função política no Brasil, pois isso é da natureza do nosso país, em decorrência da fragilidade das estruturas civís e de todos os outros fatores que formaram o Estado Brasileiro. As Forças Armadas são, por natureza, presidencialistas e vêm na figura do chefe do Estado o comandante. Isso se nota hoje também na Argentina, pois o Presidente Alfonsín, ao se preparar para assumir a Presidência da República, deu uma entrevista publicada num semanário brasileiro onde declara, peremptoriamente, que o fato fundamental para a transformação da Argentina no processo democrático, foi o de um civil assumir o cargo de comandante-chefe das Forças Armadas e que vai eliminar os postos de comandantes-chefe das armas (que na verdade equivalem no Brasil, aos de ministros do Exército, da Marinha e da Aeronáutica) e substituí-los por sub-secretários subordinados a um Ministro Civil.

Esta é na minha opinião, a característica da América Latina, ou seja, o Exército tem uma função política dentro da nossa realidade que só se transforma

como Alfonsin o fez, assumindo um civil o cargo de Comandante-chefe. Não vejo nenhuma condição de um órgão colegiado, que seria o Conselho de Ministros, assumir a imagem de chefia de Estado perante as Forças Armadas com toda a tradição brasileira de paternalismo e de centralização, através de um processo simplesmente instituído pela elite brasileira. Defeitos e instabilidades, todos os regimes têm. A Itália tinha problemas dramáticos. A França da III República teve fases horrorosas e a sua queda, no fim da III República, é uma página extremamente negativa da História daquele país e do parlamentarismo como sistema.

Por todas essas razões, não acredito que o Brasil tenha condições de mudar do regime presidencial para o regime parlamentar, simplesmente por um processo de negociações das elites do país.

Se falava do regime parlamentar ...

Foi a maior figura do século XIX no Estado.

Sem dúvida, a única diferença é que nós não moldaremos um parlamentarismo sobre a estrutura herdada de clientelismo, pois, para funcionar, isso exigiria uma máquina.

Me honra profundamente o fato do ilustre Senador Brossard retomar os meus argumentos.

Para melhor esclarecer, gostaria de enfatizar dois pontos: primeiro, não é que acredite que no presidencialismo resolveremos o problema do clientelismo, mas sim, que o presidencialismo é um sistema político menos sensível à máquina administrativa, o que não acontece no parlamentarismo, já que, pela natureza do sistema parlamentar, as mudanças de Ministros e Gabinetes são mais frequentes e mais sujeitas à pressão da opinião pública. Assim, o Brasil que não tem uma boa estrutura administrativa, teria extrema dificuldade em operar um sistema parlamentarista.

A segunda questão é o problema das Forças Armadas, pois tenho sérias dúvidas de que as intervenções delas tenham sido decorrentes exclusivamente da rigidez de sistema presidencial. Acredito mais que as Forças Armadas, com a queda do Império, fenômeno em que influenciaram decisivamente, passaram a ser uma instituição política, com participação permanente e em qualquer condição, como acontece em toda América Latina. Montar um sistema parlamentarista sobre essas Forças Armadas, com toda essa tradição, é que me parece a grande dificuldade.

Para encerrar minha exposição, gostaria de dizer ao Governador Brizola, que fala frequentemente no socialismo moreno, que recentemente alguém me perguntou que capitalismo eu defendia, ao que respondi o humanista. Esse fato me faz pensar que nem o parlamentarismo e nem o presidencialismo serão o grande tema do futuro, pois, acho que, na verdade, o país caminha para o debate do sistema econômico. Se esse sistema econômico se realiza melhor, com determinado mecanismo político, muito bem, caso contrário, o sistema econômico vai tomar espaço no debate político que, aos poucos, caminhará para o ajustamento do sistema econômico que o Brasil anseia, capaz de superar as nossas dificuldades.

Enfatizo ainda que, o capitalismo interno dos Estados Unidos, que Vossa Exce-
lência tão bem descreveu, vive o capitalismo que eu chamaria de humano e não
de capitalismo selvagem. Imagino que o debate político se intensificará mais
nesse caminho, do que entre o parlamentarismo e o presidencialismo.

Professor Afonso Arinos,

Essas são as minhas contribuições e esclarecimentos aos comentários feitos pe-
los companheiros de Mesa sobre temas que, de uma forma ou de outra, levantei
em outros debates.

Muito obrigado.

Dr. Olavo Egydio Setubal

10.11.1983